
RESENHA

LANGA, Mandla.; MANDELA, Nelson.; tradução BOTTMAN, Denise.
A cor da liberdade (dare not linger).
Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

Pedro Bordim Fabris¹

¹Graduando em História do Centro Universitário Sagrado Coração – Unisagrado – Bauru/SP. Resenha realizada para a disciplina de História da África II sob a orientação da Prof^a Dra Lourdes M. G. C Feitosa.

À Mandla Langa, consagrado autor sul-africano, foi incumbido a bela tarefa de completar o segundo volume das memórias de Nelson Mandela, uma espécie de publicação póstuma, em dedicação a seu centenário de nascimento e cujo resultado é uma obra que transita entre o historiográfico e o literário, duas vertentes que, quando mescladas, geralmente tendem a perverter a verdade histórica em eflúvios de ucronias ou em corruptelas hagiográficas. Neste livro, elas são extremamente equilibradas. O autor não poupa em referências culturais e seus “insights”, próprios da mentalidade criativa do homem literato, conjurados ao seu notório calibre acadêmico como pesquisador, que permite a concepção de uma obra historiográfica ímpar na atualidade. A maior parte do livro é dedicada a uma descrição exata dos anos presidenciais do governo do CNA [Congresso Nacional Africano], em que Mandela atuou como presidente da República da África do Sul.

O livro começa nos introduzindo ao estado de espírito da África do Sul na véspera de soltura de Nelson Mandela em 1990, elucidando acerca da esperança e da contagiosa euforia que atingiu os corações de uma parcela significativa da população sul-africana, mas também sobre o medo e a ansiedade coletiva, compartilhados não apenas por membros do tradicionalíssimo setor demográfico afrikaner, mas também por variadas etnias que habitavam o vasto território do país, e, em especial, seus chefes tribais, que desempenhavam um poderosíssimo papel político nas suas esferas de domínio, em meio dos quais se cultivava verdadeira ojeriza pelo novo regime político

Recebido em: 30/04/2020
Aceito em: 30/06/2020

que se desenhava. Muitos chefes tribais julgavam ser um governo do CNA puramente um novo modelo de dominação, só que por parte da etnia Xhosa em detrimento da minoria branca e de outras representações étnicas. Tece críticas aos seus contemporâneos “chefes de libertação africanos”, negando sentido moral a um fenômeno histórico tão comum, em especial quando se tratando de África, ao se referir à degeneração de um herói de causas sociais, à um déspota corrupto e opressor, terminando por criar uma nova elite privilegiada, que tratava seus povos com o mesmo tato que os europeus, quando estes esmagavam suas antigas possessões africanas sobre as botas do colonialismo, “onde a ordem do dia era pilhar os recursos do estado”.

Para situar-nos historicamente no contexto cultural, em torno do qual o livro narra a experiência política recente, é necessário uma passagem sobre a história dos brancos sul-africanos: Holandeses calvinistas, somados alguns hugenotes franceses, que se espalharam pelos quatro cantos do mundo entre os séculos XVII e XVIII. Ao executar a missão que a divindade relega apenas aos escolhidos, povoaram o local que, segundo eles, seria sua “Terra Prometida”, e no Cabo da Boa Esperança constituíram seu lar. Os descendentes dessa malta messiânica eram os afrikaners, que desde 1948, por intermédio do Partido Nacional, imprimiam sua visão de mundo a toda África do Sul. Este país, criado em 1910, a época em que a África se prostrava como uma gigantesca presa domada sob os pés dos europeus, após a conquista britânica dos estados bôeres, tratava da união das antigas Colônia do Cabo, Estado Livre de Orange e República do Transvaal, desde então mantendo três capitais, cada qual representando a um dos três poderes preconizados por Montesquieu. Inicialmente, nesses termos, foi governado pelos britânicos, que criaram o sistema de segregação racial. Porém, é o primeiro ministro Hendrik Verwoed, após a proclamação da república em 1961, quem se destaca como principal delineador do projeto de “Desenvolvimento Separado”, sendo este considerado o “Arquiteto do Apartheid”.

Mandela, conhecedor da história desse sisudo povo, não adotou uma postura combativa; segundo a preferência de alguns setores intransigentes do CNA, ao contrário, procurou angariar confiança dessa camada da população, buscando introduzi-la ao novo sistema, e é disso que a partir da página 127 o livro discorre. A trégua com os afrikaners é selada inúmeras vezes através de variados gestos simbólicos; um abraço na viúva de Verwoed, elogios ao ex-primeiro ministro Piter Willelm Botha, conversações com o general Constand Viljoen. Como um povo conservador, profundamente marcado pelo calvinismo, Mandela acreditava que, uma vez que os figurões respeitáveis dessem sua aprovação à nova situação política, seu povo o

seguiria. Esse desejo de conciliação foi materializado no “Governo de Unidade Nacional”, no qual contemplava representantes de partidos com passado de antagonismo mútuos, como o Inkhata, CNA e o próprio Partido Nacional.

Era 10 de maio de 1994, uma abrasadora tarde em Pretória: seria mais um típico dia na capital mais ensolarada do planeta, não fosse pelo seu fator político. Nelson Mandela, o “Madiba”, como era conhecido por seus compatriotas da língua xhosa, o homem lendário que passou 27 anos encarcerado após ser condenado por traição, o homem que inspirou milhões em sua luta pela liberdade, o homem em cujos alicerces espirituais da temperança e impassividade suportou o impacto de forças colossais do obscurantismo. A partir desse dia seria presidente de um dos países mais complexos do mundo.

Sua estatura agigantada, que por si só já era uma ofensa às convenções estipuladas pelos teóricos do racionalismo científico, aumentou ainda mais quando subiu ao palanque durante a cerimônia de posse na Union Buildings, sede do executivo sul-africano. Sua grossa voz adenóide se fez ouvir aos mais de 180 chefes de estado e dignitários de todo mundo, a quem vieram prestar libações, além de 1 bilhão de telespectadores que o assistiam por todo o globo, e suas palavras retiniam nos quepes dos generais afrikaners. Seus algozes de antanho, representantes do antigo regime, agora estavam em posição de sentido para sua vítima de outrora, e o reflexo de sua face negra reluziu em seus peitos crivados por medalhas, todas conquistadas no decorrer de uma vida dedicada a evitar que aquele momento se concretizasse. Como são interessantes os desígnios da história!

Segundo o autor, a África do Sul pode ser interpretada como uma miniatura do mundo; regiões onde um padrão de vida nórdico eram uma amostra do “paraíso para os brancos”, como Gauteng, Orania e Uppington, a ligavam, inevitavelmente, à civilização ocidental, o que contrastava com a realidade dos povos não brancos que habitavam o país, como a comunidade de imigrantes asiáticos cosmopolitas, que viviam nos grandes centros urbanos, e a dos negros, o mais populoso setor demográfico, que, quando na cidade, ocupavam subempregos, ao passo que no interior, nas vastas planícies do centro-norte, ainda subsistiam rudimentarmente, divididos em tribos patriarcais, vivendo tal qual seus antepassados de gerações pretéritas. Devido a esses fatores, a demografia sul-africana era de um colóreo multiforme e heterogêneo, compondo um mosaico de culturas e tradições, manifestando as várias nuances da desigualdade social, características do país, o que gerava consequências políticas. Entre os chefes tribais e seus diversos “reinos”, grassavam rivalidades mesquinhas submetidas aos mais baixos instintos. Em tudo contribuíram para acentuar o

caráter divisório da sociedade sul-africana, ainda detentores de incontestável respeito entre seus respectivos povos. A prudência do governo afrikaner quanto a política dos chefes tribais culminou na criação, durante a década de 1970, dos Bantustões, que correspondiam a um modelo de estado não legitimado pela comunidade internacional, no qual atuariam, na prática, como fantoches do regime do Apartheid, daí o repúdio por parte dos líderes do CNA em relação aos chefes tradicionais, que, segundo eles, representavam uma elite de “colaboradores” do antigo regime.

Por incrível que pareça, a “revolta” branca permaneceu principalmente nas esferas jurídica, cultural e institucional, uma vez submetida à opinião pública dos brancos. Estes não corresponderam mais um ferrenho fator de antagonismo ao governo Mandela; a oposição das instituições ainda regidas por brancos, como a mídia, os tribunais de justiça e grupos esportivos, causavam dores de cabeça no processo de conciliação, como já era esperado. Isso não significa que os sentimentos sectários, manifestados pelo Movimento de Resistência Afrikaner [Afrikaner Weerstandsbeweging - AWB], liderado pelo fazendeiro Eugene Terre'Blanche, não deixassem de lograr em mortes. Em sua oratória belicosa eram embalados os mais sórdidos remanescentes do racionalismo científico, e sua estética partidária lembrava em muito o antigo NSDAP, mas seus berros não foram suficientes para sublevar a sociedade, e muito menos para preparar a emergência de um Volkstaat, que seria a materialização da autodeterminação afrikaner, segundo o sonho de seus adeptos. Terre'Blanche, assassinado em 2010, visando uma guerra civil que, por enquanto, não veio, não logrou êxito em seu intento, porém, não deixou de representar o sentimento de cerco e ameaça compartilhado por grande parte dos brancos sul-africanos.

Além disso, ainda podia se encontrar defensores do Apartheid entre os 11 bantustões criados pela administração sul-africana, e os antigos beneficiados desses resquícios institucionais não tardaram em sublevar paixões opostas ao projeto de Unidade Nacional. Podemos citar alguns eventos que sintetizam o espírito que dominava os diversos atores políticos: golpe de estado no Bantustão de Transkei em 1996, onde assume o poder um homem de Mandela; a invasão do Lesoto em 1998, liderada pela África do Sul, em conjunto com Botswana, em nome da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral [Southern Africa Development Community, SADC]; a conquista militar do Bantustão de Bophutatswana, controlado pelo intransigente Lucas Mangope, que, aliado da extrema direita afrikaner, impedira a campanha eleitoral do CNA em seu território; a alfêtena sangrenta, na qual se encontrava o Bantustão

de KwaZulu-Natal, promovida pelo Inkhata, partido que de 1980 até 2000 levou à cabo uma deflagração que já havia ceifado a vida de mais de 20 mil pessoas.

O Partido de Liberdade Inkhata [Inkhata Freedom Party, IFP] merece um destaque; criado em 1975 pela cúpula do CNA, na época, proibido em território sul-africano, foi concebido para ser um braço legal do CNA na África do Sul. Acabou por se aliar ao Partido Nacional e flertar com a direita nacionalista, criando um projeto político próprio de autodeterminação nacional, no qual se propunha o rei Goodwill Zwelithini como futuro chefe de estado de um virtual estado-nação zulu. Além da tentativa de secessão territorial no território do norte, o partido ficou profundamente marcado por um evento sangrento ocorrido na cidade de Joanesburgo em 1994, onde uma multidão de manifestantes zulus, instigados pelo seu líder partidário, Mangosutsu Buthelezi, com camisetas estampadas com a face do rei Shaka, o famoso Napoleão Negro, armados com suas tradicionais lanças e escudos de couro curtido, tentaram invadir a Shell House, sede do CNA. A polícia respondeu à afronta matando cerca de 50 manifestantes.

Mandla Langa narra todas as dificuldades enfrentadas por Mandela ao lidar com essa infundável miríade de interesses, mundivisões, perspectivas de futuro, medo e insegurança, representadas por uma sociedade profundamente marcada pelo segregacionismo e divisão. Quando analisamos todos os feitos de Mandela em seu governo, alguns pouco conhecidos pelo público em geral, não deixamos de nos surpreender com os resultados de sua luta. Ao não adotar uma postura belicosa, combativa ou rancorosa, ele evitou a emergência de uma Guerra da Bósnia em solo sul-africano. Nelson Mandela angariou adeptos pela sua força de caráter, sua posição intransigente como defensor das instituições democráticas, e mesmo na posição de prestígio que ocupava, preferiu adotar o porte respeitável de homem de estado, impondo a si mesmo sacrifícios e humilhações, em torno dos quais acimentava a democracia sul-africana. Ninguém melhor que Mandela encarnava o espírito da época em que atuou: o espírito do fim dos anos 1980 até o início dos anos 1990, dissolução da URSS, a queda do Muro de Berlim, democratização dos países latino-americanos, a criação de gigantescos blocos continentais que pressagiavam uma aproximação política e o fim das rivalidades nacionais, o fim dos conflitos ideológicos do século XX, a onda neo-liberal e democrática, eventos históricos convergentes, que, como ensinou Fukuyama, muito ingenuamente, correspondiam ao fim da história.

O livro surpreende pela destreza com que nos conduz aos mais sórdidos interesses encarnados por uma porção relativamente elevada

da sociedade sul-africana nesses momentos de decisão; nos mantém despertos para possíveis paralelos que podem ser traçados no mundo contemporâneo. Aos brasileiros, povo igualmente multiracial e multicultural, tomados por múltiplos interesses, não faltam lições que não possam ser tomadas ao ler este maravilhoso livro. Infelizmente, homens como Mandela correspondem àquele tipo de personagem histórico que surge uma vez por século. A maior parte dos atuais chefes políticos, em seu afã por resultados que reflitam sua mesquinhez, seu hedonismo ou cegueira quanto à realidade heterogênea do mundo em que vivem, são os mais necessitados dessa leitura, mas, sem devaneios, parece uma realidade longe de ser alcançada, pelo menos em um futuro próximo. Deixo para os líderes das futuras gerações as recomendações sobre os ensinamentos desse livro.